

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Aos acionistas: É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Controlar, relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2011, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

2. Apresentação: A Controlar é uma Empresa de Propósito Específico (EPE), criada pelo consórcio vencedor da licitação realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo para a implantação e operação do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M na cidade.

3. Mercado: Em São Paulo o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso I/M-SP foi definido pelas leis municipais nº 11.733, de 27 de março de 1995, nº 12.157, de 9 de agosto de 1996, e nº 14.717, 17 de abril de 2008, bem como pelas resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Também está previsto no artigo 1041 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). No ano de 2011 foram inspecionados 3.202.878 veículos, sendo 135.094 veículos do ciclo Diesel, 278.600 motocicletas e 2.789.178 automóveis do ciclo Otto (gasolina, álcool, flex e gás natural) de toda a frota do Município de São Paulo.

4. Benefícios do Programa: Foram obtidos os seguintes benefícios pela implantação do programa I/M na cidade de São Paulo:

- 252 vidas salvas pela redução da poluição gerada unicamente por veículos movidos a diesel.
- Os custos evitados em saúde pública foram avaliados em R\$ 533,00 por veículo diesel inspecionado, totalizando um ganho de R\$ 75 milhões no ano.
- As reduções de monóxido de carbono e de hidrocarbonetos emitidos por veículos foram de 54% e 48% respectivamente. Esta redução é equivalente à retirada de circulação de 1,4 milhões de veículos.

Estes benefícios foram calculados com base nas inspeções realizadas no ano de 2010 e foram divulgadas em diversos veículos de comunicação após evento realizado na Universidade de São Paulo em Maio de 2011. Essas estimativas basearam-se na experiência internacional e recomendações da Organização Mundial de Saúde.

5. Atendimento ao Cliente: Em 2011 foram recebidas 1.219.181 chamadas telefônicas, sendo que 98,58% dos contatos realizados no "Call Center" foram para solicitação de informações, agendamentos ou de re-agendamentos de inspeção. O tempo médio de espera (TME) do ano foi de 2 segundos, representando uma grande redução em relação ao ano anterior que foi de 1 minuto e 45 segundos. O tempo médio de atendimento (TMA) foi de 4 minutos e 36 segundos e o percentual de abandono médio foi de 4%. Além do atendimento telefônico, foram recebidos e respondidos no mesmo período um total de 26.833 e-mails e

realizados 5.983 atendimentos pelo chat. O site recebeu 28.216.758 acessos no ano, com um pico mensal de 3.703.203 acessos no mês de Agosto/2011. Em 2011 foi investido um montante total de R\$ 3.179 mil na melhoria da estrutura de Atendimento ao Cliente, incluindo atualizações de licenças, sistemas e infraestrutura de Call Center. O Twitter foi implantado em março de 2010 e em 31 de dezembro de 2011 estava com mais de 1.500 seguidores. As reclamações de clientes que em 2010 foram de 1,38% sobre o total de inspeções, em 2011 graças aos investimentos e melhorias operacionais introduzidas no ano, foram reduzidas para 0,33%.

6. Desempenho Econômico Financeiro

	2011	2010
Receita líquida	178.088	154.996
Receita operacional bruta	207.648	180.751
(-) Deduções da receita bruta	(29.560)	(25.754)
Custos dos serviços prestados	(83.719)	(76.575)
Lucro bruto	94.369	78.421
Despesas administrativas e gerais	(55.846)	(43.889)
EBIT	38.523	34.532
(+) Depreciação e amortização	11.025	10.785
EBITDA	49.548	45.317
Resultado financeiro líquido	(3.897)	(7.261)
(+) Receitas financeiras	3.369	2.120
(-) Despesas financeiras	(7.266)	(9.381)
(+/-) Outras (despesas) receitas operacionais	(1.207)	(840)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	33.419	26.431
(-) IR e CSLL	441	(10.884)
Lucro líquido do exercício	33.860	15.547

Receita operacional: A receita operacional em 2011 teve um incremento de 14,88% em relação à verificada em 2010, tal variação deve-se principalmente ao reajuste de 9,82% na tarifa de inspeção, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	Nota	2011	2010
ATIVO Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	39.590	30.916
Contas a receber	6	258	458
Estoques	7	333	781
Impostos e contribuições a recuperar	8	2.285	198
Despesas antecipadas		1.294	771
Outros créditos	9	157	609
		43.917	33.733
Não circulante			
Outros créditos	9	-	168
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	10.029	-
Imobilizado	10	73.559	81.210
Intangível	11	4.183	4.846
Diferido	12	3.494	4.000
		91.265	90.224
		<u>135.182</u>	<u>123.957</u>

	Nota	2011	2010
PASSIVO Circulante			
Empréstimos bancários	13	23.721	27.907
Arrendamento mercantil	14	1.223	2.637
Fornecedores		16.763	12.463
Impostos e contribuições a recolher		1.985	2.616
Salários e férias a pagar		8.349	6.257
Adiantamento de clientes	15	13.582	12.394
Provisão para contingências	16	129	55
Dividendos propostos	17	4.765	-
		70.517	64.329
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	13	13.750	37.083
Arrendamento mercantil	14	-	1.167
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	442	-
		14.192	38.250
Patrimônio líquido			
Capital social	17	35.175	35.175
Reserva de lucros		15.298	-
Prejuízos acumulados		-	(13.797)
		50.473	21.378
		<u>135.182</u>	<u>123.957</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

1. Contexto operacional: A Companhia, estabelecida à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201 - Pinheiros - São Paulo - SP, tem como atividade a prestação dos serviços de implantação e execução do "Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso do Município de São Paulo" ("I/M-SP"), através de concessão, consistindo na construção, instalação e operação de linhas de inspeção obrigatória para veículos leves e pesados, com motor do Ciclo Otto e com motor do Ciclo Diesel, de forma a avaliar e certificar a compatibilidade dos poluentes atmosféricos emitidos pela frota de veículos licenciada no Município de São Paulo com os padrões de emissão estabelecidos por lei.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente. As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem demonstrados sobre esse conceito. Em 09 de março de 2012 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas pelo menos trimestralmente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício no qual tais estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas na nota explicativa nº 14 - Classificação de arrendamento mercantil. As informações sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 10 - Depreciação do ativo imobilizado; • Nota 11 - Amortização do intangível; • Nota 12 - Amortização do diferido; • Nota 16 - Provisão para contingências; • Nota 23 - Mensuração de instrumentos financeiros.

3. Principais políticas e práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência do exercício. **b. Receita de serviços:** A receita operacional é reconhecida quando da prestação de serviços aos usuários. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebeíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia possui ativos financeiros não derivativos conforme informados na nota explicativa nº 23. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido assim designado no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangem aplicações financeiras.

• Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **ii. Capital Social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, após quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais:** O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto assim como não têm direito a dividendos mínimos ou fixos, sendo-lhes assegurado somente prioridade no reembolso do seu valor patrimonial em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. **e. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido dos impostos não recuperáveis. **f. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, na abordagem por componentes, as taxas consideradas compatíveis com a vida útil ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **g. Ativos intangíveis:** Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados. Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada. **h. Ativo diferido:** Refere-se às despesas pré-operacionais provenientes de gastos relacionados à locação, manutenção e conservação das benfeitorias em construção de propriedade de terceiros, registradas até 31 de dezembro de 2008, as quais serão mantidas nesse grupo até sua realização total por meio de amortização ou baixa contra o resultado. Esses ativos são amortizados linearmente pelo prazo de 10 anos e/ou prazo remanescente do Contrato de Concessão, dos dois o menor. **i. Ativos arrendados: Arrendamento mercantil financeiro:** Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva, conforme nota explicativa nº 14. **Redução ao valor recuperável:** • **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. • **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão ou pela vida útil esperada do negócio, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de inspeções, aos índices que reajustam as tarifas, a variação dos índices de inflação e à respectiva elasticidade, custos operacionais, investimento de capital e taxas de descontos. A Companhia, com base em suas projeções não identificou a necessidade de provisão ao valor recuperável durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **l. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem

basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **m. Benefícios a empregados:** • **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma provisão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **n. Imposto de renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseado-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração. **o. Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento tendo em vista que a Administração não identificou outro segmento operacional além de inspeção veicular nas operações da Companhia. **p. Gastos pré-operacionais:** A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, consequentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção. Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09.

d. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo. **Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida:** O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras. **Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseado-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

	2011	2010
Caixa e bancos	1.570	1.888
Aplicações financeiras (CDBs pós fixados)	38.020	29.028
	<u>39.590</u>	<u>30.916</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são representadas por operações de curto prazo e de liquidez imediata e estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos Balanços Patrimoniais. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas que variam entre 99,5% e 100,5% do Certificado de Depósito Bancário (CDI).

	2011	2010
Contas a receber		
Contas a receber de clientes	214	325
Contas a receber de terceiros	44	133
	<u>258</u>	<u>458</u>
7. Estoques		
Selos e certificados de inspeção	333	781
8. Impostos e contribuições a recuperar		
IRRF a recuperar	186	6
Pis/Cofins/CSL a recuperar (a)	1.926	-
IRPJ a recuperar	105	140
CSLL a recuperar	68	52
	<u>2.285</u>	<u>198</u>

(a) Ajuste de impostos incidentes sobre a receita de serviços faturada mediante recebimento da tarifa de inspeção, que serão reconhecidos no momento da prestação do serviço.

	2011	2010
9. Outros créditos		
Circulante		
Adiantamentos a fornecedores	-	359
Adiantamentos de salários e férias	116	236
Outros	41	14
	<u>157</u>	<u>609</u>

	2011	2010
Não-circulante		
Adiantamento a terceiros	-	168

	31/12/2011	31/12/2010					
10. Imobilizado							
Móveis e Utensílios	10	2.116	(516)	1.600	2.088	(306)	1.782
Instalações	10	5.279	(1.37)	4.063	4.916	(694)	4.222
Máquinas e Equipamentos	10	82.704	(20.803)	61.901	80.053	(11.172)	68.881
Benf. Propriedade de terceiros	(*)	82.704	(3.575)	5.472	7.305	(1.969)	5.336
Equipamentos de Informática	20	9.047	(3.575)	5.472	7.305	(1.969)	5.336
Instalações Telefônicas	10	185	(58)	127	185	(39)	146
Veículos	20	701	(395)	306	717	(305)	412
Ferramentas e Acessórios	10	13	(3)	10	12	(1)	11
Imobilizado em Trânsito	10	-	(3)	-	328	-	328
		<u>100.162</u>	<u>(26.603)</u>	<u>73.559</u>	<u>95.721</u>	<u>(14.511)</u>	<u>81.210</u>

	31/12/2011	31/12/2010				
Movimentação do custo						
Móveis e Utensílios	10	29	-	2.116	2.088	
Instalações	10	-	-	117	117	
Máquinas e Equipamentos	10	36	-	328	5.279	4.916
Benf. Propriedade de terceiros	(*)	2.651	-	82.704	80.053	
Equipamentos de Informática	20	1.742	(2)	9.047	7.305	
Instalações Telefônicas	10	-	-	185	185	
Veículos	20	117	(133)	701	717	
Ferramentas e Acessórios	10	1	-	13	12	
Imobilizado em Trânsito	10	-	-	(328)	-	
		<u>4.576</u>	<u>(135)</u>	<u>100.162</u>	<u>95.721</u>	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

de nulidade do termo de convênio de cooperação firmado pelas empresas rés para a utilização do Centro Integrado de Táxis, por 90 (noventa) dias, para experimentação do programa de inspeção veicular na frota de uso intenso. A ação foi julgada parcialmente procedente, em 29 de fevereiro de 2000, para o fim de: (i) reconhecer a nulidade do termo de convênio de cooperação; (ii) condenar o Município de São Paulo a abster-se de conceder, a qualquer título, bem integrante do patrimônio público para a Controlar instalar os seus centros de inspeção; e (iii) condenar os então administradores da SPTrans e da Controlar ao pagamento de multa civil, ao ressarcimento integral dos danos causados, à suspensão dos seus direitos políticos por três anos e à proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo período. O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso de apelação da Controlar em 8 de abril de 2003. Em 19 de dezembro de 2011, os Embargos de Declaração opostos contra o acórdão da apelação foram rejeitados. Publicado o acórdão dos Embargos de Declaração em 23 de janeiro de 2012. Em 02 de fevereiro de 2012 foram opostos novos Embargos de Declaração por outras partes, os quais ainda aguardam processamento para posterior julgamento. **ii.** Mandado de Segurança nº 9024608-94.2009.8.26.0000 (994.09.001320-4) impetrado em 13 de março de 2009 por Pedágio Inspeção de Segurança Veicular Ltda. ME e Famam Inspeção de Segurança Veicular Ltda., perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, visando a declaração de nulidade parcial dos Decretos Municipais que autorizaram a licitação e concessão do programa de inspeção veicular para uma única empresa. A segurança foi denegada por unanimidade em 29 de junho de 2010. No momento, aguarda-se a remessa ao STJ do Recurso Ordinário interposto pelos Autores do Mandado de Segurança. **iii.** Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0044586-80.2011.8.26.0053, ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo em 25 de novembro de 2011, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra Gilberto Kassab e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar S/A, sequestro de bens dos réus como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito. O Juiz de 1º. Grau concedeu em parte a tutela requerida, determinando (i) a realização de nova licitação, em 90 dias, dos serviços objeto do contrato da Controlar, e (ii) a indisponibilidade de veículos e imóveis de todos os réus. Contra essa decisão, o Município de São Paulo formulou Pedido de Suspensão de Liminar perante o Superior Tribunal de Justiça e interpôs Agravo de Instrumento perante o Tribunal de Justiça de São Paulo. Em 11 de janeiro de 2012, a Presidência do Superior Tribunal de Justiça acolheu integralmente o pedido de suspensão de liminar. Em 22 de janeiro de 2012, foi concedido, por decisão monocrática, efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento da Municipalidade, relativo à decisão por realizar nova licitação. Posteriormente, o Ministério Público de São Paulo interpôs dois Agravos de Instrumento contra a decisão de 1º grau, pleiteando o afastamento do Sr. Prefeito, e a manutenção da indisponibilidade dos bens dos réus. Ambos foram indeferidos, respectivamente, em 1º de fevereiro de 2012 e 7 de fevereiro de 2012. A decisão liminar concedida pelo Juiz de primeiro grau encontra-se integralmente suspensa por determinação do Superior Tribunal de Justiça. **iv.** Ação pelo Procedimento Ordinário nº 0001123-54.2012.8.26.0053 ajuizada pela Controlar em face da Municipalidade de São Paulo em trâmite perante a 10ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, visando a declaração de nulidade de decisão administrativa que determinou a redução unilateral da tarifa dos serviços de inspeção veicular no município de São Paulo para R\$ 44,36, com vigência imediata para 01/01/2012. Em sede de liminar, a Controlar postulou a antecipação de tutela parcial para suspender os efeitos da referida decisão de redução de tarifa. No mérito, a Controlar requereu o retorno ao status quo imediatamente anterior às nulidades constatadas nos autos do processo administrativo onde foi proferida a decisão de redução de tarifa, sanando-as de modo que: (i) seja dada a ampla oportunidade de exercício do contraditório à Autora, a fim de que possa acompanhar a realização dos estudos técnicos da FIPE, indicando assistente técnico e formulando quesitos; (ii) seja determinado à Municipalidade que se abstenha de direcionar os trabalhos da FIPE, que deverão respeitar as condições originais da proposta vencedora da licitação; (iii) e, posteriormente, seja o resultado final do reequilíbrio encaminhado à Secretaria Municipal de Finanças para devido exame, conforme determina o Decreto Municipal nº 49.286/2008. A tutela antecipada foi indeferida pelo Juiz de primeiro grau. Em 07 de Março a companhia interpôs agravo de instrumento e aguarda concessão de liminar.

17. Patrimônio líquido: a. Capital social: O Capital Social é de R\$ 35.175 representado por 7.087.751 ações, totalmente subscritas e integralizadas, sendo 1 (uma) ação ordinária classe A, 6.378.976 ações ordinárias classe B e 708.774 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais. **b. Reservas:** • **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2011 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	33.860
(-) Compensação de prejuízos acumulados	(13.797)
Lucro líquido ajustado	20.063
(-) Constituição de reserva legal - 5% sobre lucro líquido ajustado	1.003
Distribuição de dividendos	
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	4.765
Dividendo adicional proposto	14.295

A Administração da Controlar propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$ 14.295, a ser submetido à aprovação da próxima AGO.

18. Receitas: Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2011	2010
Receita operacional bruta - prestação de serviços	207.647	180.751
Menos:		
ISS	(10.244)	(9.030)
PIS	(3.445)	(2.983)
Cofins	(15.870)	(13.742)
	178.088	154.996

19. Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados são compostos principalmente de salários, benefícios, encargos, serviços profissionais, depreciação e amortização como segue:

	2011	2010
Pessoal e benefícios	33.023	29.945
Serviços Profissionais	21.518	21.590
Depreciação e Amortização	11.562	8.754
Locação de Imóveis	9.107	7.867
Outros custos	8.509	8.419
	83.719	76.575

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renato Alves Vale - Presidente do Conselho	José Braz Cioffi - Conselheiro
Ivan Pio de Azevedo - Conselheiro	Luiz Alberto Benevides Barbosa - Conselheiro

Antonio de Souza Macedo - Contador - CRC:1SP-206046/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelas autoridades e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

20. Despesas Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas são compostas principalmente de salários, benefícios, encargos, serviços profissionais, depreciação e amortização como segue:

	2011	2010
Pessoal e benefícios	12.324	10.995
Serviços Profissionais	39.030	25.666
Depreciação e Amortização	2.263	2.031
Locação de Imóveis	716	600
Outros gastos	1.513	4.597
	55.846	43.889

21. Resultado financeiro

	2011	2010
Despesas financeiras		
Juros	(6.834)	(8.389)
IOF	(39)	(394)
Outros	(393)	(598)
	(7.266)	(9.381)

Receitas financeiras

Juros	2.835	2.074
Outros	534	46
	3.369	2.120
	(3.897)	(7.261)

22. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: a. Impostos correntes:

	31/12/2011		31/12/2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	33.419	33.419	26.431	26.431
Adições				
Benefícios Indiretos a administradores (adições permanentes)	1.017	206	996	325
Multas	24	-	1	-
Brindes	45	45	28	28
Destruição de selos de inspeção	60	60	-	-
Perda com devedores	10	10	5	5
Doações	30	30	209	209
Crédito extemporâneo de Pis e Cofins	-	-	1.491	1.491
Ajuste de faturamento - inspeções não realizadas	11.496	11.496	10.588	10.588
Benefícios Indiretos a administradores	71	277	66	258
Provisão para contingências - processos judiciais Cíveis	129	129	55	55
Ajustes de RTT - despesas pré-operacionais	-	-	3.156	3.156
Outras provisões	16.487	16.487	12.088	12.088
Total das adições	29.369	28.740	28.683	28.203

Exclusões

Crédito extemporâneo de Pis e Cofins	2.270	2.270	-	-
Contraprestações de arrendamento mercantil	1.300	1.300	1.509	1.509
Ajuste de faturamento - inspeções não realizadas	10.588	10.588	-	-
Benefícios Indiretos a administradores	66	258	49	188
Provisão para contingências - processos judiciais Cíveis	55	55	-	-
Ajustes de RTT - despesas pré-operacionais	731	731	-	-
Reversão de provisões constituídas no exercício anterior	11.129	11.129	4.623	4.623
Total das exclusões	26.139	26.331	6.181	6.320
Base de cálculo dos impostos	36.649	35.828	48.933	48.314
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(10.995)	(10.748)	(14.680)	(14.494)
Lucro Real a compensar	25.654	25.080	34.253	33.820
Imposto de renda e contribuição social	6.390	2.257	8.539	3.044

Imposto de renda e contribuição social (Ajuste exerc. Anteriores)

(-) deduções do imposto devido	503	180	(253)	(94)
Pat - programa de alimentação do trabalhador	(154)	-	(206)	-
Incentivos Fiscais	(30)	-	(146)	-
Total dos impostos correntes	6.709	2.437	7.934	2.950
Alíquota Efetiva	24,2%	9,0%	23,9%	9,0%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e, seu respectivo valor contábil. De acordo com o CPC 32, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente pela Companhia e sua controlada e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão da Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2011		2010	
	Imp. de renda	Contr. social		
Ativo não circulante				
Provisão de PLR e Bonus	838	302	-	-
Provisão contas a pagar	787	283	-	-
Ajuste faturamento serviços não realizados	2.874	1.035	-	-
Provisão Férias Administradores	-	19	-	-
Provisão Encargos Férias Administradores	18	6	-	-
Provisões diversas-Processos judiciais	32	12	-	-
Provisão perdas na baixa do imobilizado	5	2	-	-
Ajuste do RTT	1.233	444	-	-
Prejuízo Fiscal Acumulado	1.535	-	-	-
Base Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro	-	604	-	-
	7.322	2.707	-	-
Passivo não circulante				
Contraprestações de Leasing	325	117	-	-
	6.997	2.590	-	-

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social integralmente em 2013. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a estas previsões.

23. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.).

Instrumentos financeiros por categoria

	2011			2010		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações Financeiras	38.020	-	-	38.020	29.028	-
Contas a Receber e outros recebíveis	-	2.700	-	2.700	-	1.265
Passivos						
Circulante						
Arrendamento Mercantil	-	-	(1.223)	(1.223)	-	(2.637)
Empréstimos e Financos. moeda nacional	-	-	(23.721)	(23.721)	-	(27.907)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(16.763)	(16.763)	-	(12.463)
Não circulante						
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	(1.167)
Empréstimos Bancários	-	-	(13.750)	(13.750)	-	(37.083)
Total	38.020	2.700	(55.457)	(14.737)	29.028	1.265
						(81.257)
						(50.964)

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: • **Aplicações financeiras:** São definidos como ativos mensurados pelo valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em função do curto prazo de vencimento dessas operações. • **Contas a receber de clientes e outros recebíveis** - Os valores justos são iguais aos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • **Fornecedores, outras contas a pagar e arrendamento mercantil** - Os valores justos são iguais aos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • **Empréstimos Bancários:** São classificadas como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2011	2010
Aplicações financeiras	38.020	29.028

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1: preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços) • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

24. Partes Relacionadas: A Companhia não possui transações com partes relacionadas em 2011 e 2010. O montante referente à remuneração dos profissionais-chave da administração estão apresentados abaixo:

	2011	2010
Remuneração dos administradores	1.569	1.454
Participação nos resultados	524	407
Total da remuneração	2.093	1.861

Na AGO realizada em 30 de abril de 2011, foi fixada a remuneração dos administradores até o limite de R\$ 2.120, não incluídos os valores referentes aos encargos sociais que forem devidos.

25. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era: • Para cada centro de inspeção: R\$ 3.107 para Incêndio, raio e explosão; R\$ 1.000 para Responsabilidade Civil; • Na matriz: R\$ 1.500 para incêndio, raio, explosão e perda de aluguel, cujo beneficiário é a locadora; R\$ 200 para Responsabilidade Civil e equipamentos; R\$ 27 para seguro garantia de concessões públicas, cujo beneficiário é a Prefeitura Municipal São Paulo. • Seguro D&O corporativo R\$ 6.000 LMI.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Harald Peter Zwetkoff - Diretor Presidente	Eduardo Rosin - Diretor Executivo
Roberto Carlos Guimarães - Diretor Administrativo Financeiro	Marcos Brandão - Diretor de Operações e Desenvolvimento

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Controlar S.A. - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Controlar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Controlar S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase: Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 16, onde a Companhia é parte de ações judiciais questionando o contrato de concessão. A administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos estima que um desfecho favorável da causa seja possível. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes, que seriam necessários na resolução desta incerteza.

São Paulo, 9 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2